

LIVROS SOBRE AVALIAÇÃO ESCOLAR ENSINAM A AVALIAR?

Márcio Francisco Rodrigues Filho¹

RESUMO

Fruto da pesquisa “*A produção de um modelo de docência: um estudo sobre literatura de formação de professores*”, coordenada pelo professor Luís Henrique Sommer na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Neste trabalho, a partir de uma perspectiva foucaultiana do discurso, centro-me na análise das formas com que os professores são dispostos na literatura de formação docente que dizem respeito à avaliação escolar que são tomados como referência nas disciplinas de didáticas e metodologias dos cursos de Pedagogia do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil. Exponho meu recorte da pesquisa geral no que diz respeito à avaliação escolar, resumindo o alcance obtido pela pesquisa nos 12 meses de duração do estudo, procurando mostrar que os livros entendidos como didáticos mais referenciados nos cursos de pedagogia gaúchos são vetores ideológicos e pouco contribuem para o ensino da avaliação escolar, isto é, não são livros didáticos, portanto, não ensinam a avaliar.

Palavras-chave: avaliação escolar; didática avaliativa; Foucault; formação de professores.

ABSTRACT

Fruit of the research study “*The production of a model of teaching: a literature study on teacher training*,” coordinated by teacher Luís Henrique Sommer in College Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). In this work, from a Foucaultian perspective of the speech, I focused on analyzing the ways in which teachers are placed in the teacher education literature pertaining to school evaluation that are taken as reference in the disciplines and methodologies of teaching courses pedagogy of the Rio Grande do Sul/Brazil. I expose my clipping of the general survey regarding the school evaluation, summarizing the range obtained by the survey within 12 months of the study, aiming to show that books perceived as referenced in more didactic pedagogy courses Gauchos are vectors ideological and contribute little to learning school evaluation, i.e. are not textbooks therefore not teach assessed.

Key words: school evaluation; didactic evaluation; Foucault; formation of teachers.

¹ Mestrando em filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Bolsista Capes. Pesquisa nas áreas de filosofia da mente, teoria do conhecimento e epistemologia. Professor de filosofia da rede pública estadual do Rio Grande do Sul e professor dos cursos de Aprendizagem Comercial do SENAC (Canoas/RS). email: Marcio.francisco.rodrigues@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de minha experiência no projeto de pesquisa: “*A produção de um modelo de docência: um estudo sobre literatura de formação de professores*”, coordenado pelo professor Luís Henrique Sommer, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Pesquisa que teve como objetivo, investigar o processo de fabricação do docente e da escola contemporâneos, a partir de uma análise foucaultiana de exame das práticas discursivas que estariam presentes na formação docente na contemporaneidade.

Aqui, procuro expor as formas como os professores são posicionados na literatura de formação docente que tematiza especificamente a avaliação escolar. Para isso, centrei-me na análise de livros sobre avaliação escolar recorrentemente referenciados nas disciplinas de didáticas e metodologias de cursos de pedagogia do Rio Grande do Sul. O artigo está dividido em três partes. Na primeira, exponho a introdução e a justificativa de minha metodologia, pois esta pesquisa toma os moldes da pesquisa geral. A segunda parte consiste na exposição da análise dos livros e conseqüentemente a forma com que os professores são expostos nesse tipo de literatura. Por fim, na terceira e última parte apresento uma conclusão embasada na análise geral das formas com que os professores são posicionados nos livros sobre avaliação escolar nos livros “didáticos” mais recorrentes dos cursos de pedagogia do Rio Grande do Sul que sustenta que os livros tomados como didáticos pelos cursos de pedagogia gaúchos são vetores ideológicos e pouco contribuem como ferramenta de auxílio didático, pois não ensinam a avaliar.

1. UMA METODOLOGIA FOUCAULTIANA

Em termos teórico-metodológicos, meu principal referencial foi uma análise de discurso extraído da produção de Michel Foucault, mais precisamente a obra intitulada *A Ordem do Discurso*, livro que reproduz a aula inaugural pronunciada por Foucault ao assumir a cátedra vacante no [Collège de France](#) pela morte de [Hyppolite](#) em 2 de Dezembro de 1970.

Essa perspectiva teórico-metodológica se fez necessária, uma vez que a mesma perspectiva foi introduzida como metodologia na pesquisa geral e agora, nesse meu recorte, também se enquadra como metodologia. Isso porque Foucault foi um pensador que trabalhou fortemente as formas de certas práticas das instituições em relação aos indivíduos, destacando a semelhança nos modos de tratamento dado ou infligidos aos grandes grupos de indivíduos que constituem os limites do grupo social: os loucos, prisioneiros, alguns grupos de estrangeiros, soldados e crianças. Foucault, em última análise, acreditou que esses grupos tendem a ser vistos com desconfiança e excluídos por uma regra, confinando-as em instalações seguras, especializadas, construídas e organizadas em modelos semelhantes (asilos, presídios, quartéis, escolas): o que o filósofo Frances chamou de instituição disciplinar. Mas essa perspectiva metodológica se torna mais clara nas próprias palavras de Foucault:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2005 p. 8-9).

Dessa forma, a partir dessa perspectiva que toma como pressuposto uma ordem no discurso, aqui a ordem será revelada como veremos nos discursos sobre a avaliação escolar. Isso porque de acordo com Garcia (2002), é preciso colocar em pauta o tipo de subjetivação se quer produzir e fomentar, quando se põe os educadores e alunos a serem dirigidos por determinadas prescrições que acabam por disciplinar os modos plurais de subjetivação. Assim, durante a pesquisa analisei os seis livros mais referenciados nas disciplinas de didática e metodologia dos cursos de pedagogia gaúchos a procura da forma como os professores são dispostos no que diz respeito à avaliação escolar, e como poderemos ver, esta se centrará em questões e fenômenos mais amplos do que as práticas, didáticas e metodologias específicas de avaliação e por isso, serão tidas nesta pesquisa, como uma ordem do discurso sobre a avaliação escolar que se centra em questões ideológicas abrangentes e que, por vezes, deixam de lado o seu propósito: ensinar o futuro docente a avaliar ou ainda, fazer e aplicar um método avaliativo.

2. A ANÁLISE DOS LIVROS SOBRE AVALIAÇÃO

Os livros analisados nessa pesquisa foram seis: *Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos*, de Maria Teresa Esteban. *Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista* e *Avaliar para promover: as setas do caminho*, ambos de Jussara Maria Lerch Hoffman. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*, de Cipriano C. Luckesi. *Avaliação: da exigência à regularização das aprendizagens – entre duas lógicas*, de Philippe Perrenoud. *Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar*, de Celso dos Santos Vasconcellos.

A análise dos dados tomou a classificação desenvolvida na pesquisa geral. Assim, os livros referenciados nas disciplinas de didáticas e metodologia foram divididos em três grandes categorias: textos didáticos, textos metadidáticos e textos ideológicos.

Os textos didáticos são vetores de discursos que se propõe a ofertar conhecimentos acerca dos procedimentos metodológicos da avaliação escolar. Isto é, são textos que tem por objetivo ensinar a avaliar. Textos metadidáticos são aqueles que falam sobre avaliação, mas não se propõem a ensinar a avaliar. Seu propósito não é ensinar a avaliar como os textos didáticos, mas sim, analisar criticamente o que se diz nos textos didáticos acerca do processo de avaliação. Geralmente são produções acadêmicas, produtos de pesquisa estruturados como discursos críticos sobre modelos de ensinar a avaliar. A terceira e última categoria é a dos chamados textos ideológicos. São assim chamados porque são vetores de ideários pedagógicos. Nem a didática, nem tampouco as práticas de avaliação em sala de aula são objetos de análise desses textos, mas processos mais gerais: educação como fenômeno sociológico, filosófico, antropológico. São textos cheios de certezas, utilizam-se de uma linguagem imperativa, categórica, prescritiva. Dito isso, agora exponho a análise dos seis livros de avaliação mais referenciados nos cursos de pedagogia gaúchos.

O livro *Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista* de Jussara Maria Lerch Hoffman problematiza a avaliação através dos mitos que cercam a mesma, destacando seus aspectos mais fortes como sendo: avaliação como ato de julgar, processo avaliativo tomado como procedimento exigido em intervalos de tempo específico e burocraticamente:

Exercendo-se a avaliação como uma função classificatória e burocrática, persegue-se um princípio claro de descontinuidade, de segmentação, de parcelarização do conhecimento. (HOFFMANN, 2001, p. 18)

A autora problematiza sobre as questões que envolvem uma concepção reducionista da avaliação: julgamento de resultado: avaliação como registro de desempenho classificatório, avaliação comparativa, comparação com modelos, do agir a partir da atribuição de notas e conceitos. Aprovação e reprovação como proposta autoritária inerente à ação pedagógica e as influências do modelo de Ralph Tyler:

[...] o enfoque deste teórico é comportamentalista (mudança de comportamentos) e resume o processo avaliativo à verificação das mudanças, ocorridas previamente delineadas em objetivos definidos pelo professor. (HOFFMAN, 2001, p. 37).

Seu texto é cheio de conselhos práticos ou prescrições e muito pouco, ou nada oferece em questões metodológicas e práticas de como avaliar. O interesse da autora não parece estar no sentido prático de um ensinar avaliar, o que ela quer é uma espécie de mudança nas ideologias, das crenças de sala de aula, procurando uma reconstrução do significado da ação avaliativa através de um acompanhamento permanente do desenvolvimento do educando, onde frisa que é necessário revitalizá-lo no dinamismo que encerra a ação e a reflexão, ou seja, a autora concebe a avaliação como algo indissociável da educação, mas de modo a observar e investigar um sentido de favorecer e ampliar as possibilidades próprias do educando (HOFFMAN, 2001).

Hoffmann (2001), frisa a importância de se perceber as diferentes disposições das respostas dos alunos, o significado dos testes como sendo fundamento para ação educativa, um ir “além” no processo de construção de conhecimento. O teste, ela frisa que é um instrumento de questionamento sobre as percepções do mundo, onde o professor tem uma tarefa de interpretação. Hoffman declara sempre que as tarefas realizadas pelos alunos devem ter como finalidade a investigação, e sugere:

Se valorizarmos os “erros” dos alunos, considerando os vir a ser essenciais do processo educativo, temos de assumir também a possibilidade das incertezas, das dúvidas, [...] a partir da análise das respostas deles, favorecendo, então, a discussão sobre essas idéias novas ou diferentes. (HOFFMANN, 2001, p. 59).

Buscando sempre o comprometimento com uma teoria que esteja moldada na concepção de “erro constitutivo”, onde a avaliação deve partir da compreensão do docente dos fenômenos e objetos, para depois observar se o professor tem a capacidade de provocar necessário ao processo de compreender, a autora procura em diversas passagens instigar o professor a assumir a responsabilidade de refletir sobre toda a produção de conhecimento do aluno, “promovendo o “movimento”, favorecendo a iniciativa e a curiosidade no perguntar e no responder, construindo novos saberes juntamente com os alunos” (HOFFMANN, 2001, p. 71).

Nota-se que Hoffman toma o problema da avaliação como uma faculdade de julgar. Os conceitos parecem ser tirados da filosofia idealista do filósofo alemão Immanuel Kant, que não é citado em nenhum momento na obra. Segundo a autora a avaliação é tomada como a priori, uma faculdade subjetiva do docente, algo dado, que não é construído, nem trabalhado empiricamente com os alunos. Portanto, para uma

“melhor didática de julgar” a autora privilegiará tarefas intermediárias, sucessivas em todos os graus de ensino; descaracterizando as funções e registro periódicos de funções burocráticas, para converter os métodos tradicionais em investigações que valorizarão as respostas dos alunos. Desta maneira, a avaliação parece estar sendo tomada de forma ampla e que não aborda especificadamente a avaliação numa concepção didática e sim filosófica, categórica, imprimindo nos docentes concepções avaliativas próximas de um discurso formativo, pronto, que almeja poder privilegiar o entendimento e não apenas a memorização.

O professor, por vezes, é colocado como psicólogo em muitos enunciados que enfatizam a necessidade do docente compreender a avaliação como um significar subjetivo; relação entre dois sujeitos individuais, dinamizando essa relação procurando distanciar da precisão de uma máquina: “certo e errado”. Ponto que nos mostra a ordem do discurso que se subjaz por trás da demanda da autora. Um ensinar a avaliar que procura mudar a concepção de professor-aluno, aluno-professor, que busca uma impressão de visão sobre a avaliação. Mas que tipo de avaliação? Não vemos em nenhum momento, didáticas ou metodologias de ensino, de e sobre avaliação e sim, discursos ideológicos acerca de processos muito mais amplos.

Da mesma autora, o livro *Avaliar para promover: as setas do caminho*, um livro que busca fazer um resgate do sentido original do tema “promoção”, que segundo Hoffmann, não se trata de um acesso a graus superiores de ensino e sim acesso a um nível qualitativamente superior de conhecimento. Veremos. Que a autora também se distancia das didáticas e metodologias de ensino sobre a avaliação. Uma vez que isso ela se propõe a trabalhar com uma “nova” concepção de tempo, caminho e ação nos processos pedagógicos avaliativos e não propriamente a “ensinar a avaliar”:

[...] pretendo dialogar com o leitor, para que, juntos, possamos reforçar as setas dos caminhos em avaliação, a partir do engajamento em ações educacionais comprometidas com uma escola do presente e do futuro. (HOFFMANN, 2001, p. 9).

O livro aponta que o tempo é um determinante das atividades, das decisões e da atenção dos discentes, neste sentido a autora ressalta a importância de apontar os rumos do caminho (seguir o processo e sua dinâmica), a dinâmica do desenvolvimento do aluno faz com que não se possam antecipar os rumos da avaliação, oferecer mais opções para as situações diversas de sala de aula: livros, temas de estudo. Já que para Hoffmann, o tempo de avaliação é decorrente de suas demandas e estratégias de aprendizagem e não do curso das atividades previstas pelo professor, porque fazer cumprir as tarefas no tempo prejudica os alunos e desenvolver atividades com a plena participação e nada garante que o professor esteja centrado no interesse dos discentes ou no desenvolvimento desses e ressalta:

A preocupação da escola e dos professores em controlar para que todos os alunos aprendam ao mesmo tempo e da mesma forma resulta, também, numa sequência padronizadora e rígida das tarefas avaliativas. (HOFFMANN, 2001, p. 44).

Hoffmann acredita que a pirâmide da avaliação deve se basear nos valores sociais e éticos para depois subir em direção ao processo de avaliação e de registros. A prática avaliativa é tomada como um fenômeno sociológico e ainda, Hoffmann

utiliza-se novamente do conteúdo de *a priori* sempre quando quer tratar de conceitos que tenham relação com o tempo. Desta forma, o tempo é tratado como faculdade cognitiva de interpretação do mundo, por sua vez, de avaliar. O texto não faz jus à didática avaliativa, tão pouco a prática avaliativa em sala de aula, mas apenas um processo amplo de saberes que o professor deve conhecer de forma categórica para interpretar o conhecimento dos discentes.

Indo adiante na análise, segue o livro *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*, de Cipriano C. Luckesi que se trata de um conjunto de artigos publicados pelo autor, que analisam a prática da avaliação da aprendizagem na escola. O autor ressalta que a sociedade de maneira geral esta preocupada com a atenção a promoção, mais do que ao ensino e aprendizagem, pois para o autor: os alunos têm a sua atenção situada na promoção, estão interessados no começo do ano de como será o processo de promoção no final do ano escolar. Procuram saber as normas e os modos como podem obter suas notas para passar de ano, e para isso os professores forçam a atenção nas provas:

[...] Os professores utilizam as provas como instrumento de ameaça e tortura prévia dos alunos [...] “Estudem! Caso contrário, vocês poderão se dar mal no dia da prova”. [...] Sadismo homeopático. (LUCKESI, 1995, p. 18-19).

Em síntese, a prática educativa, segundo o Luckesi, parte de uma “pedagogia do exame”. As provas servem para reprovar e não para auxiliar na aprendizagem. Pontos a mais e pontos a menos de acordo com atividades extras. A avaliação serve como um disciplinamento dos alunos: provas em forma de ameaças. O autor destaca possíveis consequências desse tipo de avaliação as quais a centralização da atenção nos exames; não auxilia na aprendizagem e ainda, se torna útil para desenvolver personalidades submissas. Além disso, o autor retrata a avaliação educacional como uma manifestação da exacerbação do autoritarismo:

[...] a prática de avaliação escolar perde seu significado constitutivo. Em função de estar no bojo de uma pedagogia que traduz as aspirações de uma sociedade delimitadamente conservadora, ela exacerba a autoridade e oprime o educando, impedindo o seu crescimento. De instrumento dialético se torna em instrumento disciplinador da história individual de crescimento de cada um. (LUCKESI, 1995, p. 41).

Nota-se que o autor também não trata no texto de formas específicas de avaliação: registros, nem de práticas de ensino. Não trabalha questões de didática específica de avaliação e sim, comenta a respeito da aprendizagem escolar no que se refere à avaliação num sentido muito mais abrangente. A avaliação aqui é tomada como um comportamento coletivo. Uma ordem de discurso forjada sobre a visão do autor a respeito das práticas de avaliação e suas consequências e não, um livro que aborde propriamente didáticas avaliativas, nem se quer métodos e sim, um extremo analisar da avaliação. Luckesi procura mostrar que a avaliação nada mais é do que uma forma autoritária de impor um modelo social carreirista a qual a promoção e o resultado através de notas, conceitos são os fatores mais importantes; não o crescimento individual de cada aluno.

Outro livro mais referenciados nas disciplinas de didática e metodologia é o do autor Philippe Perrenoud: *Avaliação: da exigência à regularização das aprendizagens* –

entre duas lógicas, onde Perrenoud discorre primeiramente sobre dois fatos, que segundo ele são fundamentais nos programas de avaliação: textos legislativos, e os programas dos professores, onde os primeiros que dizem respeito ao o que se deve ensinar, mas não o que se deve apreender, deixando o que se deve avaliar a um nível de exigência a critério do professor. Os segundos (programas), os professores estão inseridos através de uma esfera autônoma: não dominam e não ensinam os mesmos saberes e competências. Assim, o autor prescreve maneiras para reconstituir as normas de excelência, níveis de exigência e os procedimentos de avaliação:

[...] *A cada um sua verdade*: a excelência e o êxito não são únicos; sua definição varia de um estabelecimento, de uma turma, de um ano a outro no âmbito de um mesmo plano de estudos. Essa diversidade amplamente desconhecida, porque pouco legítima, não impede que um julgamento de excelência criado por uma única pessoa, de maneira discricionária, seja enunciado *em nome da instituição* e adquira, então, força de lei". (Perrenoud, 1999, p.31).

Dessa forma, o autor se centra em avaliar sempre para o agir, buscando a eficácia do ensino ou da seleção, onde a avaliação pode ser utilizada em um duplo sentido: ajuste periódico do currículo, das normas e do controle do ensino, ou seja, do trabalho dos professores. Em suma, Perrenoud está preocupado com textos legislativos que dizem o que se deve ensinar, mas não o que se deve apreender, deixando o que se deve avaliar e o nível de tal exigência a critério do professor, descaracterizando a avaliação, que para ele deveria ser: formativa (regular a ação); cumulativa ou (balancear os conhecimentos); prognóstica (fundamentar a orientação); iniciativa (pôr os alunos para trabalhar); repressiva (conter eventuais excessos) ou ainda informativa, destina-se aos pais (normas para regulamentar a avaliação).

Embora esteja preocupado com os procedimentos metodológicos do processo de avaliar, ainda assim o autor prescreve categorias a serem seguidas pelos docentes na prática avaliativa quando se refere a "excelência", níveis de exigência, e os procedimentos de avaliação como meio para verificar se o aluno adquiriu o conhecimento visado, sem, no entanto, especificar os meios de avaliação e ainda, como e quando e de que forma fazê-los ou aplicá-los.

De maneira geral, tem a avaliação como um formato disciplinar único, onde a excelência escolar é fruto de um trabalho, da qualidade de uma prática atrelada a uma visão de progresso e desenvolvimento. A formatação da subjetividade do aluno em um modelo que busca a "excelência" é indispensável e indissociável de uma ordem de discurso progressista que não aborda questões práticas, mas apenas analisa sintomas subjetivos sobre as práticas avaliativas.

Outro livro analisado foi: *Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar*, de Celso dos Santos Vasconcellos. O texto procura um sentido para a avaliação, deste modo, procura distinguir a avaliação e nota, pois nem sempre uma nota alta pressupõe um "bom" índice de aprendizado e disso o autor conclui três aspectos básicos (nenhum aborda questões práticas de formato constitutivo: como, onde e quando fazer uma avaliação?): A) A avaliação é vista como um processo humano que implica uma reflexão crítica sobre a prática. A nota tem como papel principal um sistema formal, seja por número (0-10) ou conceito (a, b, c). B) O professor não deve procurar um culpado (quem erra, o "criminoso"), deve ajudar no processo de construção do conhecimento. C) A avaliação como uma

concepção de educação: ver quem assimilou o conteúdo, quem é capaz, quem sabe de quem não sabe, pois antes de tudo a avaliação é uma questão política e de representatividade dos interesses de classe, pois a avaliação é para ser tomada como objeto de análise de aproveitamento.

Neste sentido, em busca de uma avaliação que significa avaliar para que os alunos aprendam mais e melhor; o autor dá as seguintes prescrições: a) deslocar o eixo de preocupação do professor, não no controle do transmitido e sim na aprendizagem dos alunos; b) superar o sujeito passivo da educação tradicional e o ativo da educação nova em direção do *interativo*; c) o maior objetivo do professor não deve ser o quanto o aluno sabe, mas sim garantir a aprendizagem de todos; entre outras prescrições que giram sempre em torno da subjetividade do aluno:

[...] “Dar nota” pelo esforço do aluno [...] O fato do aluno “tirar nota” por sua própria atividade, restitui-lhe a dignidade, faz com que desenvolva a fibra e a autoconfiança. (VASCONCELLOS, 2000, p. 72)

Vasconcellos parece estar preocupado em dar um sentido para a avaliação, tenta distinguir avaliação de nota, faz uma avaliação da avaliação enquanto processo de construção do conhecimento e se de fato, a avaliação através de notas, como análise de aproveitamento é capaz de cumprir este papel. Então a avaliação é entendida pelo autor como método para que os alunos aprendam “mais e melhor”, teria de agir nos seguintes sentidos: fazer do professor um transmissor e não um controlador. Dar um sentido ao estudo dos alunos, um significado relevante e principalmente: avaliar os alunos através de notas, apenas através de critérios objetivos: responsabilidade, aproveitamento, etc.

O autor entende a avaliação como um processo contínuo, um registro dos alunos pretendendo “desritualizar” as provas e transformá-las em uma atividade como as outras. Se imbuí ainda em questionar a avaliação em seus mais diferentes aspectos, porém não trata especificamente de uma didática de avaliar, mas de seu todo, com prescrições de como o professor deve se portar para obter melhores resultados de suas avaliações, ou seja, tentar mudar o conceito que os professores têm de avaliação. O livro é uma espécie de abordagem ideológica e prescritiva, uma ordem de discurso que toma como pressuposto um modelo de professores que estão em fase de formação, mas que parecem já saber proporcionar didáticas e metodologias de avaliação aos seus alunos. Uma contradição explícita, por assim dizer.

Por último, temos o livro de Maria Teresa Esteban: *Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos*, onde esta nota que uma “reforma” na avaliação escolar é necessária, pois a avaliação deve ser reconstruída, mas essa se reconstrói a partir de um discurso crítico da concepção de avaliação como quantificação, tomando os sujeitos escolares como históricos e sociais, porque o tempo escolar tem de respeitar os ritmos individuais, estabelecendo parâmetros aos quais as respostas dos discentes devem ser comparadas, fazendo uma avaliação democrática, imersa numa pedagogia da inclusão.

O texto busca uma pedagogia multicultural, democrática e que vislumbra a escola como uma zona fronteira de cruzamento de culturas, eis aqui a opinião central do texto, pois o discurso do erro é parte do processo de construção de conhecimento e a tensão entre individual e coletivo fazem parte dos conceitos essenciais desenvolvidos pela autora. Assim, a busca por entender a dicotomia entre erro e acerto, saber e não saber, deve ser tomada como marco para uma avaliação que tem ponto de partida não o “certo e o errado”, mas sim, o debate sobre o “ainda não

saber”, refletindo sobre as histórias do cotidiano e compartilhando-as, para se entender os fatos do cotidiano como processos construtores de conhecimento.

Há que refletir, questionar e problematizar se, até que ponto estes mesmos mecanismos e estratégias estão contribuindo na formação de cidadãos porto-alegrenses, riograndenses, brasileiros e do mundo, mais sensíveis, solidários, apaixonados, éticos, coletivos, construtores de uma cidadania melhor. (ESTEBAN, 2003, p. 141).

Além disso, a autora está preocupada com o problema de se tratar avaliação como mecanismo de controle dos sujeitos e dos resultados escolares. Concebe que a avaliação imposta como uma dinâmica de sala de aula limitada a procedimentos que favoreçam a produtividade dos alunos é prejudicial, mas seu texto é cheio de certezas expostas através de um discurso do erro como parte do processo de construção de conhecimento, onde as diferenças são tomadas como peculiaridades a serem trabalhadas e incorporadas pelo coletivo, ao invés de serem tomadas como deficiências a serem corrigidas, ou seja, uma doutrina que se colocada em prática seria capaz de evitar o erro incorporando-o como sendo algo inerente a atividade pedagógica, porém ainda, sem um tratamento específico.

É presente ao longo de todo o texto uma abordagem de análise e não de metodologias e didáticas sobre avaliação e sim uma abordagem sociológica da avaliação que se foca no caráter da possibilidade como sendo um meio de mudar a realidade através da construção de uma avaliação democrática, imersa numa pedagogia da inclusão. Uma pedagogia multicultural, democrática que vislumbra a escola como uma zona fronteira de cruzamento de culturas. Um material que se afasta da didática e da análise da avaliação, imerso na totalmente em uma antropologia social, que toma como medida a discussão do “fracasso” escolar das classes menos abastadas para prescrever enunciados avaliativos e imperativos. Não se trata de um texto de ensino de avaliação, isto é, que demonstra como uma “boa” avaliação deve ser feita e do que é constituída e sim, de um texto “antropológico” sobre a avaliação escolar. Novamente uma ordem do discurso escolar se abriga em um texto extremamente referenciado nas disciplinas de didáticas avaliativas dos cursos de pedagogia gaúchos.

CONCLUSÃO

Diante de todos os termos apresentados, concluo que o que mais chamou a atenção nesses textos foi à preponderância de enunciados que foram classificados pela pesquisa maior como sendo textos ideológicos, os quais significam a avaliação escolar antes como um debate de valores sociais e éticos, para apenas secundariamente contemplar saberes específicos sobre as práticas, instrumentos e registros de avaliação. As discussões em torno da avaliação escolar subordinam-se a compreensões mais amplas, de natureza sociológica, filosófica, ética e pouco ou nada contribuem para ensinar práticas avaliativas.

Em outros termos, tais textos propõem reflexões sobre os sentidos da avaliação escolar e seus possíveis perversos efeitos, por exemplo, sobre alunos de classes populares e muito pouco oferecem em termos de instrumentos, registros, processos de avaliação, pois ensino, metodologia, didática, planejamento são conceitos pouco abordados, ou por vezes, deixados de lado pelos livros de avaliação mais

referenciados nas disciplinas de didática e metodologia dos cursos de pedagogia gaúchos.

Todos os textos tomam como pressuposto que os professores já saibam o que é de fato um registro de avaliação, metodologias e didáticas gerais e como fazê-las. E por isso, creio que partindo desse pressuposto, tais textos se preocupam muito mais com discussões sobre a avaliação do que ensinar métodos avaliativos, ou seja, como construí-los. Nesse sentido tais textos são entendidos por esta pesquisa como sendo textos ideológicos, vetores de discursos gerais e amplos sobre a avaliação e não propriamente textos didáticos, isto é, de ensino de avaliação escolar.

REFERÊNCIAS

ESTEBAN, Maria Teresa. *Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2005.

GARCIA, Maria M. A. *Pedagogias críticas e subjetivação: uma perspectiva foucaultiana*. Petrópolis: Vozes, 202.

HOFFMANN, Jussara Maria Lercch. *Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista*. Mediação, Porto Alegre, 2001, 30ªed.

_____. *Avaliar para promover: as setas do caminho*. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LUCKESI, Cipriano C. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. São Paulo: Cortez, 1995.

PERRENOUD, Philippe. *Avaliação: da exigência à regularização das aprendizagens – entre duas lógicas*. Porto alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SOMMER, Luís Henrique. A ordem do discurso escolar. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, p. 57-67, jan-abr 2007.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar*, 11ªed. São Paulo, Libertad, 2000.